

A PROPÓSITO DO ESPAÇO ACRÁRIO E
SUAS ARTICULAÇÕES COM A ECONOMIA URBANO-INDUSTRIAL*

Maria do Carmo Correa Galvão**

Résumé:

Le travail insiste sur le rôle de l'agriculture dans l'aménagement du territoire au Brésil et sur les différentes formes d'articulation entre systèmes productifs et relations de marché. Dans ce sens on examine les effets de la croissance urbaine - industrielle sur l'espace agraire du pays, observant d'une part l'expansion agricole en régions nouvelles (fronts pionniers et frontière agricole) de l'autre la transformation différenciée de régions rurales consolidées. (Arrière agricole).

Com todos os avanços tecnológicos de que dispõe neste final de século, a sociedade moderna não conseguiu superar, nem mesmo esbater, sua dependência em relação àquele setor que representa a mais antiga atividade criada pelo homem na face da terra, e por muitos considerada retrógrada e impeditiva do desenvolvimento calcado na economia urbano-industrial - a Agricultura.

Em oposição a essa visão dualista da realidade social, que estigmatiza o campo em relação à cidade sem encontrar caminhos para a sua compatibilização e crescimento conjugado, outras concepções teóricas buscam entender o rural e o urbano, com todas as suas contradições, dentro de uma única realidade.

Paralelamente a essas elaborações teóricas, à medida em que os problemas do setor rural crescem e atingem a cidade, sensibilizando diferentes extratos da população produtora e consumidora,

* Pesquisa realizada com auxílio do CNPq e FINEP. Trabalho publicado inicialmente em inglês, sob o título "Concerning Agrarian Space and its articulation with the urban industrial economy", in Brazilian Geographical Studies, Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, Rio de Janeiro, 1984.

** Professora Adjunta do Departamento de Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

o desenvolvimento agrícola passa a ser mais claramente entendido em sua real dimensão como parte integrante do processo de desenvolvimento global da sociedade e meta prioritária de ações do Estado.

Nesse contexto, cabe à Universidade como instituição social do saber, e à Geografia como ciência da organização do espaço, mobilizar esforços no sentido de produzir pesquisas que possam oferecer subsídios à formulação de soluções alternativas adequadas para os problemas que se colocam.

Como setor de ponta em várias instituições de pesquisa e geográficas do país, por mais de trinta anos, os estudos agrários foram superados pelos urbanos no pós-guerra, e retomam, hoje, novo impulso dentro de novas concepções do espaço agrário, em que o rural e o urbano se articulam e se completam.

No âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o interesse pela Geografia Agrária já é tradicional e nunca desapareceu sob o peso ou ao impacto de outros campos de pesquisa. Dentro de discussões teóricas avançadas, envolvendo o político, o urbano e o regional, ele está presente em diversas pesquisas realizadas no Departamento, por professores e alunos de Graduação e Pós-Graduação, quer em projetos individuais, quer em projetos institucionais.

Integrado a uma linha de investigação que tem por objeto de estudo o espaço agrário brasileiro sob o impacto da economia urbano-industrial, particularmente em áreas de ocupação consolidada, o presente trabalho traz algumas reflexões sobre a questão, exemplificando-a com diferentes regiões do país.

No bojo de uma visão ampla sobre as diferentes formas de articulação entre o rural e o urbano no contexto da divisão interna e internacional do trabalho, procura-se apreender os fatores de transformação ou de inércia que atuaram ao longo do processo de formação social das áreas consideradas, e a maneira pela qual aí se ajustam, se atritam ou se complementam segmentos territoriais e segmentos sociais diferenciados. Procura-se, igualmente, detectar e compreender as modalidades de inserção da produção e dos produtores numa estrutura sócio-espacial mais ampla que a da própria área enfocada, pressupondo-se, por conseguinte di-

ferentes escalas de análise, indispensáveis à compreensão do jogo de forças e de interesses em confronto.

O trabalho compreende quatro partes. A primeira levanta o referencial teórico adotado, discutindo o conceito de espaço agrário e a expressão espacial da agricultura para a Geografia. A segunda focaliza o significado da agricultura no Brasil e os efeitos diferenciados da economia urbano-industrial no espaço agrário do país. A terceira assinala a expansão da agricultura em áreas novas e a quarta analisa a reorganização do espaço agrário em áreas tradicionais.

REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

O Espaço Agrário

O tratamento do tema apoia-se na concepção do espaço geográfico como entidade real, total e concreta criada pela sociedade e constituída de segmentos diferenciados entre si por força da divisão do trabalho interagindo com a natureza, num processo contínuo de transformações pela ação do homem¹. Esses segmentos intimamente relacionados interpenetram-se e se articulam como participantes de uma totalidade em permanente movimento.

Coerente com essa concepção, o espaço agrário define-se como um sub-espaço que se identifica por peculiaridades de organização geradas não apenas pelas atividades produtivas nele exercidas num determinado momento, mas também por efeito de ações externas a ele, anteriores a essas mesmas atividades e consubstanciadas na natureza transformada.

Inserindo-se num espaço maior em que estão presentes setores não agrícolas, o espaço agrário é compreendido como agente e ator de um processo dinâmico que, envolvendo um conjunto de forças econômico-sociais, ambientais e políticas, se traduz por formas diferenciadas de uso da terra, relações de produção e sistemas produtivos que se ajustam numa determinada estrutura espacial dentro de uma sequência histórica.

As Diferentes Dimensões da Agricultura e sua Concretização no Espaço

Responsável pela geração de excedentes alimentares e matérias-primas indispensáveis ao crescimento urbano e à economia industrial, a agricultura desempenha também papel de fundamental importância no processo de desenvolvimento do mundo moderno como fonte supridora ou realimentadora de força de trabalho e de capital para outros setores da economia, e como mercado consumidor de bens industriais e de serviços.

Pelo vulto dessas funções de ordem econômica, justifica-se o esforço da investigação científica e tecnológica que hoje se intensifica sob a pressão de demanda ou escassez de recursos, no sentido de melhor conhecê-la para aprimorá-la, tornando-a mais eficiente e produtiva.

O significado intrínseco da agricultura, por si só inquestionável no setor da produção, assume um sentido social de grande peso quando se considera o contingente populacional a ela vinculado ou dela dependente, não tanto nos países industrializados, mas nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, para muitos dos quais a agricultura constitui a fonte central ou única do crescimento econômico.

Por outro lado, sua articulação com a economia global, em qualquer escala, reflete os padrões de comportamento e a estrutura dessa economia como um todo, traduzindo, ao mesmo tempo, a organização da sociedade a que serve. Daí a dimensão social e política que inscreve a agricultura na história, e que se concretiza no espaço rural, ou seja, no espaço construído pelo trabalho do homem, num processo de transformação ou recriação da natureza para seu uso. É nessa perspectiva espacial, em que o espaço também é tempo, que a agricultura se coloca como objeto de análise no presente trabalho.

O SIGNIFICADO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Agente Modelador do Espaço

Num país de extensão continental como o Brasil, marcado pelos

contrastes de um crescimento setorialmente díspar e espacialmente desigual, a agricultura se faz presente como ponto de partida ou de chegada de um longo e inacabado processo de organização territorial.

Num quadro profundamente diferenciado de potencialidade e limitações da natureza - por força, inclusive, de sua própria extensão geográfica -, qualquer segmento deste imenso território tem, na agricultura, direta ou indiretamente, fundamentos significativos de sua formação econômica e social, corporificados no espaço agrário. Por essa razão, impregnado de sentido histórico, esse espaço propicia pistas valiosas para a apreensão de problemas que, não se limitando exclusivamente à agricultura nem ao local de sua ocorrência, envolvem questões relativas ao crescimento geral do país e da sociedade como um todo².

Não se esgotaram no passado as funções exercidas pela agricultura, quer como atividade propulsora do desbravamento e ocupação do território, quer como fonte geradora de riquezas exportáveis para o mercado mundial, quer como força de impulsão à economia de mercado, com base no setor urbano-industrial.

Não é demais lembrar que, no exercício dessas funções ao longo da história, a agricultura impulsionou para o interior o povoamento, arrastou consigo os caminhos, a construção de cidades e a criação de áreas econômicas que, isoladas entre si mas ligadas diretamente a um porto, vieram a constituir o arquipélago econômico que definiu o Brasil pré-industrial.

A agricultura se deve a criação da infra-estrutura na qual se assentou o processo de industrialização, deflagrado no primeiro quartel do século e fortalecido no segundo conflito mundial e que, dando ao país uma nova estrutura espacial, redimensionou suas atividades produtivas.

Também no processo de integração territorial e política que o crescimento global da economia passou a exigir, a partir do pós-guerra, coube à agricultura papel de destaque. Como atividade que se realiza em extensão, e não em pontos, vem ela promovendo desde então, através da lavoura e, sobretudo, da pecuária, a coalescência dos diversos espaços econômicos criados em diferentes momentos e diferentes condições históricas.

Finalmente, na conjuntura de crise que o país hoje enfrenta, e que deve ser vista não apenas em sua dimensão nacional, mas numa escala mundial, a agricultura é mais uma vez chamada a desempenhar papel de ponta. Como fonte produtora de bens de exportação, é ela acionada pelo Estado, através de uma política que privilegia a grande e média empresa rural com vistas a garantir o equilíbrio da balança de pagamentos indispensável à retomada do crescimento. Novos espaços e novas conquistas tecnológicas ampliam e consolidam o papel do setor agropastorial ao mesmo tempo em que novos desafios a ele se interpõem.

E assim, agente eficaz da construção do arcabouço econômico, social e político do território no passado, a agricultura prossegue no presente como agente e ator de um processo em permanente movimento que envolve crescimento e estruturação espacial do país dentro de um contexto social e político mais amplo que é aquele ditado pelo sistema econômico mundial.

Efeitos Diferenciados da Economia Urbano-Industrial no Espaço Agrário

Os fatores econômico-sociais gerados pela cafeicultura - vale dizer, acumulação de capital, infra-estrutura de energia e transporte e criação de mercado, fomentado pelo crescimento populacional e concentração urbana -, fizeram com que a industrialização se iniciasse pelo Rio de Janeiro e São Paulo, originando-se aí o núcleo central polarizador da economia do país.

Após uma fase inicial de alta concentração setorial e espacial nessa porção do Sudeste, o processo industrial se expandiu e se diversificou em outras áreas do país articulado a um forte e rápido crescimento urbano. Ampliaram-se as perspectivas de produção do setor agro-pastorial face à demanda crescente de alimentos e matérias primas industriais.

Esses estímulos do mercado interno, que se vieram somar aos do mercado externo, suscitaram na agricultura dois mecanismos opostos de operação, que traduzem modalidades específicas de acumulação: de um lado a expansão do espaço rural com a ocupação de áreas novas, mais ou menos remotas, onde a fertilidade natural de solos virgens constitui garantia de alta produção; de outro,

a retomada de áreas antigas, na retaguarda, onde a racionalização, diversificação ou modernização das atividades tem em vista aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção³.

Configuram-se assim, e a partir de então, dois processos espaciais de organização funcional da agricultura que embasam sistemas agrícolas totalmente opostos, tanto pelo objeto, quanto pela composição de fatores na estrutura da produção.

O primeiro sistema manipula solos ricos de áreas novas, nada acrescentando à agricultura tradicional calcada na fertilidade natural da terra; nele já se afirmara toda a expansão cafeeira. O segundo tem por objeto o solo pobre ou desgastado da retaguarda que, pela primeira vez na história da agricultura brasileira, passa a ser repensado em termos de reutilização efetivamente econômica; sua recuperação coloca-se como desafio.

Em função do objeto com que lidam os dois sistemas agrícolas, diferencia-se também a participação dos fatores terra, capital e trabalho, na estrutura da produção.

A ampliação do espaço rural pela incorporação de áreas ainda despovoadas prioriza a terra, como fator abundante e barato, em relação ao capital reestruturando o sistema produtivo a partir de um redimensionamento conjunto e conjugado dos três fatores.

A EXPANSÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA POR ÁREAS NOVAS

A expansão espacial da agricultura por áreas novas de solos ricos, ou seja, a apropriação pelo capital de espaços ainda despovoados, representou a primeira e a mais imediata reação do setor rural ao crescimento urbano-industrial do país, englobando tal processo movimentos diferenciados por suas origens, modos de organização e formas de acumulação. Nele se enquadram o povoamento e colonização do Planalto Meridional por populações procedentes de áreas coloniais antigas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a colonização oficial do sudoeste Maranhense em desafogo às áreas de alta pressão demográfica da Zona da Mata e do Agreste Nordestino; e toda a Marcha para o Oeste que, a partir de Goiás e Mato Grosso, cria a fronteira agrícola e a estende à Amazonia.

Amplamente favorecida em seu crescimento pela abertura dos grandes eixos rodoviários do Planalto Central e Amazônia que corporificam a política de integração iniciada nos anos 60, a expansão da fronteira deu continuidade, em sua fase inicial, à tradição de frentes pioneiras que se consagrara com a cafeicultura no Sudeste.

Mobilizando-se, porém, por estímulos outros que não apenas o do preço elevado de um produto nobre no mercado mundial - típico de uma economia até então exclusivamente primário-exportadora -, o novo surto de expansão agrícola difundiu-se e multiplicou-se em ritmo extremamente rápido, assumindo, em cada área, características peculiares condizentes com o momento histórico de sua enclosão⁴.

E assim, no processo de criação e expansão da fronteira agrícola ao longo dos últimos trinta anos, sucedem-se, mesclam-se ou se superpõem diferentes agentes propulsores: pressão do mercado urbano de alimentos e matérias primas; pressão demográfica corporificada em movimentos migratórios espontâneos ou dirigidos; pressão de políticas agrícolas priorizando, ora o suprimento interno, ora a exportação; enfim, pressões generalizadas decorrentes do próprio fortalecimento do modo de produção capitalista, nas suas diversas modalidades de reprodução, e em sintonia cada vez mais nítida com o processo de mundialização da economia.

Quanto à tecnologia agrícola, convivem e se complementam na fronteira os métodos tradicionais de arroteia e plantio praticados por pequenos produtores pioneiros, e as técnicas mais arrojadas de desmatamento e cultivo como as que são hoje empregadas na Amazônia por grandes fazendeiros ou empresas agro-pastoris, nacionais ou multinacionais, que se têm aí instalado nos últimos anos.

A incorporação de áreas novas pelo processo de apropriação de terras, representou movimento expressivo que pode ser avaliado pela extensão dos estabelecimentos rurais nas diferentes regiões do país entre 1950 e 1980 como demonstram os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Área dos Estabelecimentos - Evolução entre 1950 e 1980

	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)				VARIAÇÃO RELATIVA (%)			
	1950	1960	1970	1980	50/60	60/70	70/80	50/80
BRASIL	232 211 106	249 862 142	294 145 466	364 854 421	7.6	17.7	24.0	57.1
N	23 107 947	23 453 086	23 182 145	41 559 420	1.4	-1.1	79.2	79.8
NE	58 341 459	62 990 438	74 298 713	88 443 907	7.9	17.9	19.0	51.5
SE	61 736 592	64 438 763	69 500 950	73 502 906	4.3	7.8	5.7	19.0
S	35 420 380	38 998 290	45 458 035	47 911 723	10.0	16.5	5.3	35.2
CO	53 601 726	59 936 565	81 705 624	113 436 463	11.9	36.2	39.5	111.6

Fonte: FIBGE, Censo Agrícola, 1950, 1960, 1970, 1980

O processo pode ser acompanhado em cada região e a cada período, refletindo condições peculiares a cada área.

O crescimento moderado do Sudeste, ao longo desses trinta anos, reflete um povoamento já bastante consolidado desde a época de 50, contrastando com as onda expansionistas nas demais regiões. Entre 1950 e 1960, o avanço pioneiro, espontâneo ou dirigido, concentra-se no Sul e no Centro Oeste, mas na década de 60, estende-se também ao NE; onde a ação do Estado se faz sentir através de colonização do Sudoeste Maranhense promovida pela SUDENE. A partir de 1970, a fronteira amplia-se ainda mais no Centro Oeste e atinge definitivamente a Amazônia.

Não só a área total dos estabelecimentos ampliou-se no período; cresceram também as áreas de lavoura, pastagem e reflorestamento que constituem o espaço produtivo, apresentado na Tabela 2. E por ser esse crescimento proporcionalmente maior que o da área total apropriada pelos estabelecimentos, infere-se a ocorrência de um maior aproveitamento do espaço disponível, até então improdutivo, no interior das áreas já apropriadas. Define-se assim, não apenas a expansão da fronteira externa, mas também a ampliação da fronteira interna, ou seja, da ocupação de espaços vazios na retaguarda.

O descompasso entre a variação relativa do espaço produtivo e da área dos estabelecimentos, que o confronto entre as duas tabelas permite visualizar, revela também o significado da ter-

ra como reserva de valor, fato particularmente marcante na Amazônia. No Sudeste, no Sul, e até numa área de fronteira como o Centro Oeste, o espaço produtivo representa mais de 65% da área apropriada; mesmo no Nordeste atinge ele cerca de 40% da área total, não obstante possíveis problemas climáticos ou edáficos dificultando o aproveitamento agro-pastoril da área; na Amazônia, esses valores são extremamente baixos - 11,6% em 1960 e 23,2% em 1980 -, parecendo indicar a dimensão que aí assume a especulação da terra. Em que pese as limitações decorrentes do nível de agregação dos dados censitários aqui utilizados, exprimem eles, claramente, a via expansionista assumida pela agricultura, sob pressão da demanda do mercado interno ou externo nos últimos 30 anos. A essa expansão se deve boa parte do crescimento da produção agrícola do país no mesmo período.

Seja através da pequena produção familiar de subsistência com comercialização do excedente⁵, seja através do empreendimento de médio ou grande porte com finalidade comercial, cresceu o volume de produtos agrícolas e cresceu a área de seu cultivo no período de 1950/1980, diferenciando-se, contudo, a participação de cada uma das grandes regiões no processo de ampliação do espaço agrícola.

A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS ANTIGAS

Contraopondo-se ao crescimento extensivo e extremamente rápido da fronteira que avança em múltiplas frentes, incorporando novos espaços, a retaguarda se mobiliza e se transforma em moldes e ritmo bastante diversos daqueles, pautando-se por uma dinâmica que lhe é própria.

A expansão da economia urbano industrial determina nas áreas rurais de povoamento consolidado, um processo de criação e recriação do espaço que pressupõe a adoção de novas relações sociais de produção, novas modalidades de utilização dos recursos, novas formas de remuneração do capital e novas formas de articulação entre o rural e o urbano.

No contexto da imensa área de retaguarda que se estende do Nordeste ao Sul, a expansão das relações capitalistas de produ-

ção tem promovido efeitos tão mais diversificados quanto mais complexas e variadas as formações sociais que individualizam seus inúmeros segmentos rurais⁶. Em função disso variam também a forma, a extensão e a intensidade com que atuam o Capital e o Estado como agentes modeladores do espaço, e variam igualmente as vinculações que entre eles se estabelecem⁷.

Dentro da grande diversidade que caracteriza a retaguarda, alguns pontos básicos centralizam as questões que aí se desenvolvem, com suas contradições internas e suas diferenciações espaciais na escala local, estadual e regional: o preço da terra, o custo do capital, e o acesso ao mercado.

O preço da terra - tanto mais elevado quanto melhores suas qualidades intrínsecas e sua localização -, está sujeito a acréscimos contínuos em função das escassez relativa de espaços ainda não apropriados, e do estado de deteriorização em que se encontram algumas áreas, tornando onerosa sua recuperação. Todas essas condições fazem da terra fator de primordial significação no processo de reconstrução do espaço e reorganização da produção em áreas de retaguarda, restringindo seu acesso a determinadas classes de produtores. A renda diferencial determina não só o tipo de uso da terra como o tipo de manejo que se lhe confere.

O custo do capital condiciona, por sua vez, o volume e a qualidade do investimento no processo produtivo, entendendo-se como custo do capital tanto a exigibilidade de remuneração da acumulação, quanto a exigibilidade de remuneração do crédito, o que torna altamente seletivo o acesso ao capital.

O acesso ao mercado, que depende essencialmente de variáveis ligadas aos outros dois fatores - terra e capital -, condiciona a forma (ou formas) de inserção do produtor no sistema produtivo, ou seu alijamento do circuito da comercialização.

Da conjugação desses fatores, a que se alia o Estado com ações políticas de estímulos ou contenção, decorrem os mecanismos que acionam o processo produtivo e toda uma cadeia de operações externas a ele, mas a ele relacionadas.

Uma análise, mesmo que sucinta, de todas as características da retaguarda agrícola foge ao objetivo deste trabalho. Seu pro-

pô^sito é compreender o processo de reconstrução desse espaço sob o impacto do crescimento urbano-industrial, identificando as grandes linhas de transformações que nele vêm ocorrendo e os conflitos aí gerados pela atual política de fomento à agricultura de exportação.

Reconhecendo a abrangência da expressão transformações no sentido de mudança de forma ou de estrutura, e reconhecendo a multiplicidade de aspectos sob os quais tais mudanças podem ser analisadas - qualidade de vida, relação de trabalho, estrutura fundiária, etc. etc. -, optamos por centrar nossa atenção em transformações referentes ao uso do solo, por considerarmos particularmente significativa essa variável que é capaz de traduzir, no espaço, todo um processo de relações sociais de produção que envolvem interações do homem com a natureza.

Reconhecendo, contudo, que também o uso do solo abrange um universo muito amplo de componentes, serão aqui focalizados apenas aqueles eventos que, a nosso ver, são mais representativos das transformações em curso na retaguarda, tanto por sua escala de ocorrência, quanto pelo nível de implicações na estrutura geral de ocorrência, quanto pelo nível de implicações na estrutura geral do quadro agrário regional como veremos a seguir.

a) A modernização da pecuária e sua expansão territorial, quer como atividade desbravadora de áreas de campo ou de mata ainda desocupada, quer como atividade substitutiva de lavouras tradicionais consolidadas quer como atividade renovadora da própria pecuária rotineira, representam a transformação de maior expressão espacial da retaguarda.

O significado de tal transformação pode ser avaliado não só pelo crescimento dos rebanhos e das áreas de pastagem, mas pela variação qualitativa desses dois fatores. A participação crescente de matrizes e reprodutores na composição do rebanho plantados denota intensificação e modernização do manejo, além de refletir ampliação da especialização pastoral na produção de carne.

Sem subjugar a pecuária leiteira, a que se dedica grande maioria dos produtores (sobretudo de médio e pequeno porte), a pecuária de corte ganhou espaço e status como setor altamente

capitalizado, vinculado a elevados investimentos e elevados lucros.

b) A expansão e intensificação da lavoura alimentar - do feijão, mandioca, milho, arroz e batata -, com volumes crescentes de produção, representam outra modalidade de transformação de uso do solo, na medida em que o aumento da produção decorre sobretudo de aprimoramentos técnicos de cultivo e não de qualidades peculiares de solos. Cresce o uso de máquinas agrícolas, cresce a demanda de sementes selecionadas e cresce o emprego de insumos modernos, preventivos e corretivos.

No setor de alimentos básicos, particularmente significativa é a produção nacional de arroz e de batata que, entre 1950 e 1980, cresceu 190% e 213% respectivamente, refletindo um aumento de consumo predominantemente urbano, a julgar pelos hábitos alimentares usuais no campo e na cidade.

c) O crescimento de produtos agrícolas exportáveis - anuais ou perenes -, constitui o terceiro grande eixo de transformação de uso do solo na retaguarda, que conta com todo o respaldo de uma política agrícola de incentivo à exportação. Ao lado do café que passa a ter seu cultivo novamente estimulado, o amendoim, o fumo, a soja e, mais recentemente, a laranja figuram como produtos de alto significado no mercado internacional, competindo com a produção doméstica de alimentos.

d) Finalmente, a expansão espacial do cultivo da cana como lavoura energética completa o quadro de transformações das áreas agrícolas consolidadas, acirrando ainda mais a competição pelo espaço em detrimento de plantas alimentares destinadas ao mercado interno.

As transformações de uso do solo aqui apontadas, e que traduzem formas modernas de produzir propiciadas pela expansão e consolidação do modo de produção capitalista, não têm o mesmo e indiscriminado papel em toda a extensão da retaguarda agrícola do país. Diferenças formais e estruturais geradas pelo processo histórico de organização social de cada região, balizado por limitações e potencialidades de sua natureza, definem a variedade e diversidade do quadro regional do SUDESTE, SUL e NE.

Como área mais desenvolvida e liderada por São Paulo, o Sudeste antecipou-se às demais regiões na reconstrução de seu espaço rural, com um processo que se define nos anos 40/50.

A monocultura cafeeira cedeu seu lugar à agro-pecuária consorciada ou à policultura em estabelecimentos desmembrados dos grandes latifúndios cafeicultores. O retorno às fronteiras vazias (hollow frontiers), através de um trabalho racional de recuperação de solos desgastados pelo café, constitui o ponto chave de um processo de racionalização da agricultura que, desencadeado na área central de São Paulo, expandiu-se para outros segmentos do estado e de Minas Gerais.

Com apoio institucional de base governamental ou privada, desenvolvem-se pesquisas agronômicas que dão respaldo a empreendimentos oficiais e particulares de grande vulto, tanto no campo da lavoura quanto no da pecuária.

Grandes projetos agro-pastoris financiados por agências internacionais são já implementados, como os Projetos Pirapora e Alto Jequitinhonha patrocinados pelo Banco Mundial em Minas Gerais, ou o Projeto Florestal de Aracruz, no Espírito Santo.

O Pró-Álcool encontra no Sudeste a maior receptividade, e em São Paulo a lavoura energética da cana expande-se em ritmo acelerado sobre áreas de lavouras alimentares, alcançando altos níveis de produção e produtividade.

Com sede em São Paulo, as grandes organizações comerciais de produtos agrícolas do país controlam e dominam, a nível estadual, regional e até mesmo nacional, a circulação e distribuição de determinados produtos, como os hortigranjeiros, setor em que São Paulo é também o maior produtor.

Cresce a produção de produtos exportáveis como a laranja, amendoim, girassol e soja. Realizações agro-pastoris de vanguarda, em pleno desenvolvimento no Sudeste, atestam transformações de seu espaço agrário e dão a medida do espírito empresarial já reinante. Mas sua distribuição espacial, nada homogênea, deixa a nu disparidades internas muito acentuadas, como as que caracterizam diferentes segmentos espaciais da Região Sul.

Ao contrário do Sudeste, o Sul se define como região de crescimento mais sólido e menos contrastante internamente. Carac-

terizado por uma fundiária mais equilibrada e uma estrutura de produção menos comprometida com o grande subsidiado, no qual se apoia em grande parte a economia agrícola do Sudeste, o Sul vem alcançando, num processo gradual e ascendente, altos níveis de desenvolvimento.

O aprimoramento técnico da atividade agrícola, disseminado entre os produtores, independentemente da extensão ou do porte de seus empreendimentos, justifica o crescimento contínuo da produção, explicando também que na pauta de alimentos básicos, o Sul supere hoje a posição mantida pelo Sudeste até 20 anos atrás, quanto à produção de cereais - arroz, milho e feijão..

As raízes do crescimento da Região Sul encontram-se no processo histórico de seu povoamento e organização territorial que teve por base a pequena propriedade agrícola familiar, voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, particularmente o Sudeste.

Em confronto com o Sudeste e o Sul, o Nordeste é a região da retaguarda que apresenta menores indícios de transformações do espaço agrário em termos de extensão, e maior nível de dependência de ações diretas ou indiretas do Estado, como agente modelador do espaço.

A expansão da moderna pecuária de corte, em substituição à pequena lavoura tradicional de alimentos e de algodão no Agreste, constitui mudança de uso do solo de maior expressão espacial e maiores efeitos sociais, dada a intensidade de movimentos migratórios por ela provocados rumo a cidades do próprio Nordeste, ou em direção a outras áreas rurais do país, particularmente a fronteira.

Paralelamente à modernização da pecuária, a extensão do cultivo da cana em solos pobres dos tabuleiros litorâneos conquistados com novas formas de manejo, a adoção do cultivo do algarrobo em áreas secas do sertão e a consolidação das lavouras irrigadas do arroz, da cebola e da vinha do Vale do São Francisco constituem inovações significativas do quadro rural nordestino, que traduzem não só conquistas tecnológicas avançadas, como também o empenho de trabalhos de assistência e extensão rural a cargo de órgãos governamentais.

Os estímulos advindos de políticas agrícolas a nível nacional, e as ações do Estado viabilizadas por órgãos de ação regional - como a SUDENE ou a SUVALE, entre outros -, têm tido no Nordeste efeitos inegáveis, mas circunscritos a determinadas áreas, pouco interferindo no sentido de promover o desenvolvimento agrícola da região como um todo. Em certos momentos e em certos locais, as ações do Estado têm criado disparidades internas na região, ou acentuado as já existentes.

CONCLUSÃO

Num amplo contexto de questões referentes à concepção geográfica do espaço agrário, este trabalho procura sintetizar o papel desempenhado pela agricultura no processo de estruturação do espaço agrário brasileiro e sua importância na atual conjuntura de crise.

Os efeitos diferenciados do crescimento urbano-industrial, em áreas da fronteira e da retaguarda, são apontados como formas concretas expressivas do jogo de forças que atua no processo de organização do espaço, dando a medida de suas oposições e conflitos.

O caráter contraditório e desigual do espaço agrário, assinalado em diferentes exemplos a nível regional, evidencia, por sua vez, o fato de ser a contradição uma decorrência do próprio modo de produção que articula e organiza o espaço.

O significado econômico, social e político da agricultura no Brasil justifica, por si só, o interesse de seu estudo pela Geografia. Num momento em que as perspectivas de retomada do crescimento são colocadas, em grande parte, a cargo do setor primário exportador, tais estudos passam a ser imprescindíveis; a Geografia tem o que oferecer, no sentido de identificar os problemas do crescimento, através da leitura compreensiva e abrangente do espaço agrário em suas articulações com o urbano-industrial, dentro da economia global.

Como ciência da organização do espaço, a Geografia não pode negar sua participação ao processo de produção do conhecimento que a sociedade está a exigir. A tomada de consciência dessa

realidade constitui, sem dúvida, apelo e estímulo ao fortalecimento dos estudos de Geografia Agrária em nosso país.

Tabela 2 - Espaço Produtivo - Evolução entre 1950 e 1980

Extensão e proporção na área total dos estabelecimentos					Variação Relativa %				
		1950	1960	1970	1980	50/60	60/70	70/80	50/80
BRASIL	ha	127 859 094	153 954 401	189 878 197	228 619 620	20.4	23.3	20.4	78.8
	%	55.1	61.6	64.5	62.6				
NORTE	ha	2 683 595	2 710 762	5 086 385	9 662 214	1.0	87.6	89.9	260.0
	%	11.6	11.5	21.9	23.2				
NE	ha	22 497 358	30 960 512	38 306 194	48 490 033	37.6	23.7	26.5	115.5
	%	38.5	49.1	51.5	54.8				
SE	ha	42 487 502	49 147 494	55 291 490	58 382 874	15.6	12.5	5.5	37.1
	%	68.8	76.2	79.5	74.4				
SUL	ha	23 525 153	26 891 003	33 268 395	35 346 294	14.3	23.7	12.2	58.1
	%	66.4	68.9	73.1	77.9				
CENTRO OESTE	ha	36 393 480	43 407 628	57 925 735	74 738 192	19.2	33.4	29.0	105.3
	%	67.8	72.3	70.8	65.8				

FONTE: IBGE, Censo Agrícola dos anos correspondentes.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia; a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 2 - CASTRO, A.B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1969. v. 1 e 2.
- 3 - GALVÃO, M.C.C. Características gerais da geoeconomia e geopolítica nacional. Caderno, 5. UFRJ/Forum de Ciência e Cultura, 1971.
- 4 - OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAB, 2, 1972.
- 5 - SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 6 - SILVA, J.F. Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978.
- 7 - SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

NOTAS

- 1 Cf. SANTOS (1979)
- 2 Cf. CASTRO (1969)
- 3 Cf. GALVÃO (1971)
- 4 Cf. BECKER (1982)
- 5 Cf. SILVA (1978)
- 6 Cf. OLIVEIRA (1972)
- 7 Cf. SORJ (1980)